



## SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

HABEAS CORPUS Nº 681026 - MG (2021/0224139-1)

**RELATOR** : MINISTRO SEBASTIÃO REIS JÚNIOR  
**IMPETRANTE** : ARTHUR BRUSAMOLIN  
**ADVOGADO** : ARTHUR BRUSAMOLIN - MG172012  
**IMPETRADO** : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MINAS GERAIS  
**PACIENTE** : EDUARDO MARASSATTI RIVAS (PRESO)  
**PACIENTE** : VICTOR HUGO DIAS (PRESO)  
**INTERES.** : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MINAS GERAIS

### DECISÃO

Cuida-se de *habeas corpus* com pedido de liminar impetrado em favor de EDUARDO MARASSATTI RIVAS em que se aponta como autoridade coatora o TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MINAS GERAIS (07814565920218130000 ).

Os pacientes foram presos em flagrante delito, em 9/4/2021, por suspeita do crime de estelionato na cidade de Campo Belo/MG, e encontram-se presos preventivamente desde então.

O impetrante sustenta que, finalizada a instrução do processo, a denúncia não imputou nenhum fato típico aos pacientes, quando não se conseguiu estabelecer o nexo de causalidade entre fatos narrados e os fatos trazidos no processo, o que implica falhas gravíssimas na inicial acusatória, não possuindo a defesa até o momento elementos para exercer o contraditório, e os pacientes estão presos há mais de 4 meses.

Requer, liminarmente, o deferimento da medida de urgência para que se proceda ao trancamento da ação penal, caso não seja esse o entendimento, requer seja revogada a prisão preventiva, nos termos do art. 316 do CPP, e concedida liberdade provisória aos pacientes, para que, respondam ao processo penal em liberdade, ou, ainda a aplicação de medidas cautelares diversas. No mérito, pugna pela concessão da ordem, confirmando-se a decisão liminar.

É, no essencial, o relatório. Decido.

Em juízo de cognição sumária, verifica-se que inexistente flagrante ilegalidade que justifique o deferimento do pleito liminar em regime de plantão.

Considerando que o pedido se confunde com o próprio mérito da

impetração, deve-se reservar ao órgão competente a análise mais aprofundada da matéria por ocasião do julgamento definitivo.

Ante o exposto, indefiro o pedido de liminar.

Solicitem-se informações ao Tribunal de origem, que deverão ser prestadas preferencialmente por malote digital e com senha de acesso para consulta ao processo.

Dê-se vista ao Ministério Público Federal.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 17 de julho de 2021.

MINISTRO HUMBERTO MARTINS  
Presidente